

ALTERIDADE COMO DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DA PRÁXIS DE ANTONIO GRAMSCI

Claudio Reis¹

RESUMO

Neste trabalho são ressaltados, a partir dos Escritos Políticos d^le Antonio Gramsci, os elementos que compõem uma concepção de alteridade fundamental para o avanço do movimento operário e dos grupos subalternos. Para o autor italiano, a construção de uma nova configuração ético-moral humana é necessária para a concretização do projeto direcionado a um novo mundo. Novas relações, novos sentimentos e novos valores, são indispensáveis para a organização de uma nova vida integral. Para tanto, a alteridade é ponto-chave. É por meio dela que se viabiliza grande parte dos processos voltados para a efetivação do amplo e complexo conjunto de situações favoráveis às classes e aos grupos dominados pela ordem burguesa. A alteridade é uma dimensão ético-política da práxis de Antonio Gramsci e o objetivo deste texto é demonstrá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade, Antonio Gramsci, Escritos Políticos

ALTERITY AS AN ETHICAL-POLITICAL DIMENSION OF ANTONIO GRAMSCI'S PRAXIS

ABSTRACT

In this work, based on the Political Writings of Antonio Gramsci, the elements that make up a conception of otherness fundamental for the advance of the workers' movement and of the subaltern groups are highlighted. For the Italian author, the construction of a new human ethical-moral configuration is necessary for the achievement of a new world. New relationships, new feelings and new values are indispensable for the organization of a new integral life. For that, alterity is a key point. It is through it that a large part of the processes aimed at implementing the broad and complex set of situations favorable to the classes and groups dominated by the bourgeois order are made viable. Alterity is an ethical-political dimension of Antonio Gramsci's praxis and the purpose of this text is to demonstrate it.

KEYWORDS: alterity, Antonio Gramsci, political writings

LA ALTERIDAD COMO DIMENSIÓN ÉTICO-POLÍTICA DE LA PRAXIS DE ANTONIO GRAMSCI

RESUMEN

En este trabajo, a partir de los Escritos Políticos de Antonio Gramsci, se destacan los elementos que configuran una concepción de la alteridad fundamental para el avance del movimiento obrero y de los grupos subalternos. Para el autor italiano, la construcción de una nueva configuración ético-moral humana es necesaria para la realización del proyecto orientado a un mundo nuevo. Nuevas relaciones, nuevos sentimientos y nuevos valores son indispensables para la organización de una nueva vida integral. Para eso, la alteridad es un punto clave. Es a través de ella que se viabilizan gran parte de los procesos encaminados a implementar el amplio y complejo conjunto de situaciones favorables a las clases y grupos dominados por el orden burgués. La alteridad es una dimensión ético-política de la praxis de Antonio Gramsci y el propósito de este texto es demostrarlo.

PALABRAS CLAVE: alteridad, Antonio Gramsci, escritos políticos

INTRODUÇÃO

A alteridade, apesar de ter uma importância significativa no desenvolvimento de certas áreas do conhecimento, como a antropologia e a filosofia, não foi, entretanto,

incorporada pelo marxismo – pelo menos, como objeto explícito e específico de análise. Como se sabe, o materialismo histórico inaugura uma corrente de pensamento que perpassa as várias áreas das ciências humanas e sociais, incorporando inúmeros objetos de estudos. Da economia, à filosofia e à ciência política, da literatura e da antropologia, à história e à sociologia, do direito e à geografia, etc, diversos temas específicos foram inseridos, ao longo do tempo, ao universo conceitual marxista. Sempre, porém, passando por reformulações em termos dos seus conteúdos. O marxismo, portanto, incorpora questões específicas de cada área as colocando, por sua vez, sob sua concepção do mundo e sobre seu método. Com a alteridade, algo diferente ocorreu. Aqui, todavia, não se buscará encontrar as causas de tal situação.

Em antropologia, a questão da alteridade é central, afinal ela se dedica ao estudo do ser humano em sua diversidade social e cultural. (Todorov, 2003; Malinowski, 1978; Geertz, 2012)

No caso da filosofia, pode-se destacar o pensamento hegeliano, em especial o livro *Fenomenologia do Espírito*, no qual desenvolverá a processo de distinção-união entre o “eu” e o “outro”. Hegel buscará demonstrar a relação dialética que existe entre ambos, fundamentando a noção de alteridade. (Hegel, 1992) Na sua construção da relação entre o “senhor e o escravo”, isso fica evidenciado.

No interior do marxismo, desde Marx e Engels, apesar de nada ser desenvolvido especificamente sobre o assunto, é possível encontrar, porém, preocupações sobre tal questão. Mesmo não utilizando o conceito de “alteridade”, os dois fundadores do materialismo histórico demonstram interesse sobre “outro”. Em Marx, pode-se visualizar a dimensão da alteridade nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos* (Marx, 1978) e no próprio *O capital*, em especial na “mercadoria”. (Marx, 1980) Engels, por sua vez, expressa sua preocupação em *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*, a partir de uma grandiosa etnografia dos operários ingleses. (Engels, 2010)

Obviamente que essa constatação só pode ser feita a partir das observações de suas narrativas sobre outros temas. Seja quando se objetiva fundamentar o ser humano como produto e criador do social, ou quando busca-se entender a vida concreta dos explorados no capitalismo, ambos estão, muitas vezes, contribuindo para o tema da alteridade. Resta, portanto, identificar quais são essas contribuições.

Em Gramsci, o mesmo ocorre, ou seja, ele não desenvolve nada especificamente sobre a questão. O que, no entanto, não impede a presença de elementos de uma alteridade

própria do marxismo. E será sobre suas contribuições que o presente texto buscará avançar.

No interior do espaço de produção de conhecimento acerca da obra gramsciana é ponto consensual a existência de uma considerável variedade de temas desenvolvidos pelo autor. Seja no período anterior aos *Cadernos*, seja na produção carcerária, é uma marca de Gramsci a abordagem sobre diversas questões específicas. No primeiro caso, seguindo os acontecimentos histórico-políticos, o autor/militante se voltará para os temas que mais importava para o movimento operário italiano da época. Nos periódicos socialistas e comunistas, em que contribuiu, Gramsci aborda problemas de organização política da classe operária; a conjuntura italiana, em seus aspectos econômicos e culturais; a questão do Estado e da democracia; os camponeses e a situação do Sul da península; a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa; etc. Em seus escritos, de antes ou do período da prisão, há pouca preocupação em desenvolver um determinado tema em sentido acadêmico. Na época marcada pela militância, o principal era dar conta de expor os principais problemas reais vividos no dia-dia da classe operária. No caso dos *Cadernos*, Gramsci continua sem grandes preocupações com as sistematizações típicas das “ciências”. Neles, aborda inúmeros temas, alguns apenas a título de referência, outros com uma atenção maior. Entretanto, isso em nada minimiza o seu rigor teórico, a sua originalidade e a sua criatividade ao refletir sobre os intelectuais, sobre o Estado, sobre a sociedade civil, sobre o nacional-popular, sobre a hegemonia, entre tantos outros temas. E, sem dúvida nenhuma, os grandes tópicos desenvolvidos nos *Cadernos* foram recuperados de sua militância partidária. Temas, antes vividos pela política imediata, agora ganhavam uma atenção de maior folego por parte do autor.

Importante salientar que uma marca do pensamento e da obra de Gramsci é o interesse por questões vivas, isto é, problemas reais colocados para a luta política da classe trabalhadora italiana. Não há, em suas reflexões, objetivos escolásticos. Suas energias intelectuais estiveram plenamente voltadas para a organização efetiva dos trabalhadores italianos. Além disso, por estar preocupado com as situações concretas dos trabalhadores, destaca-se em seus escritos uma série de elementos nem sempre sistematizados, mas, nem por isso, de menor importância. Esse é o caso da alteridade.

O conceito de “alteridade” não faz parte do léxico gramsciano, o que poderia sugerir a sua completa ausência, em termos de conteúdo. Todavia, sendo Gramsci o autor das questões vivas, a alteridade surge, em suas reflexões, no próprio movimento da ação política por ele analisada. Ela está presente em suas intervenções jornalísticas; em sua postura no interior dos partidos, os quais fez parte; e em sua militância em geral. Então,

a alteridade não será refletida como tema de “ciência”, mas surgirá como elemento vivo no interior da própria práxis do autor/militante.

A partir da obra que se busca realçar aqui, isto é, os chamados Escritos Políticos², o tema acerca da alteridade vai surgir em diversos momentos. Estará em muitas reflexões elaboradas para a publicação em periódicos vinculados ao movimento operário italiano. Entretanto, como já foi indicado, Gramsci possuiu uma forte marca em sua produção intelectual, que é, o vínculo estreito entre aquilo elaborado conceitualmente e os acontecimentos políticos, econômicos, culturais, etc., importantes para os trabalhadores. Desse modo, a alteridade, assim como sobre outras questões, não está desvinculada seja da militância do autor, seja das propostas dadas as organizações político-culturais às quais faz parte. Isso traz a própria dimensão humana do autor/militante, afinal, aquilo que defende teoricamente está fundado em sua atuação como ser concreto da realidade, isto é, como sujeito que exprime sua concepção do mundo a partir das necessidades reais do movimento operário.

Mesmo muito jovem, segundo Losurdo, já é “clara sua ligação com as classes subalternas, soldada pela modesta origem social, por uma sensibilidade e seriedade moral que alimentam ainda mais a atitude empática em relação aos que são submetidos a uma vida de sofrimentos.” (Losurdo, 2006, p.13) A sua aproximação aos oprimidos não se limitou aos habitantes da Sardenha, “os trabalhos escolares testemunham sua plena identificação com ‘os infelizes povos das colônias’, rotulados e tratados como ‘bárbaros’ e ‘incivilizados’ pelas periódicas ‘cruzadas’ da ‘velha Europa’.” (Idem)

A própria trajetória pessoal de Gramsci, oriundo das classes subalternas da Itália, interfere na necessidade, por ele destacada, da alteridade. Esse não pode ser considerado um dado menor, pois no instante que assume o posto de dirigente do movimento operário italiano, o autor/militante não se rende à sedução do poder burocratizado e pedante sobre os dirigidos. Essa sua postura, em parte, explica-se por sua não autonegação como indivíduo historicamente definido – nesse caso, pelas classes sociais subalternas. Com tal postura, Gramsci traz um universo de problemas a serem enfrentados pelo Partido e demais organizações dos trabalhadores. Problemas que fincam na realidade concreta desafios muitas vezes colocados apenas em termos genéricos e abstratos. Ele busca estabelecer, como objetivo fundamental para os demais organizadores do movimento socialista/comunista, a importância não somente de conhecer as classes trabalhadoras do país, mas também de que modo se poderia aproximar dela. Como estabelecer esse contato, com qual linguagem, com qual princípio ético-moral, com quais propostas, etc.? As saídas encontradas por Gramsci para tais desafios não podem estar descoladas de sua própria vida particular e de sua classe social de origem. Antes de sua mudança para Turim,

quando começa a militar pelo movimento socialista, as suas relações sociais possibilitaram entender concretamente os problemas vividos pelos subalternos. Portanto, Gramsci tinha clareza da complexidade que era organizar as classes trabalhadoras. E exatamente com essa conduta que se depara com o proletariado industrial – até então uma classe social desconhecida por ele. Ao conhecer a vida da classe operária de Turim, começa a entender melhor as causas da pobreza sofrida na infância. Passou a se tornar

clara no estudante sardo a ideia de que os verdadeiros opressores dos camponeses e dos pequenos proprietários e da camada média de empregados da ilha e de todas as classes pobres do *Mezzogiorno* eram não os operários da indústria juntamente com as classes proprietárias do Norte, como por muito tempo acreditara, mas as classes proprietárias do Norte junto aos grupos reacionários de todo o Sul. (Fiori, 1979, p.111)

Sua sensibilidade, formada na relação com os *outros subalternizados*, marcada pela busca da sobrevivência elementar, tornou-o um organizador da política e da cultura capaz de entender as dificuldades reais para a formação da classe revolucionária. Não há em suas propostas político-partidárias menção a uma classe trabalhadora sem vida concreta, fruto de generalizações naturalistas. Não há, em sua práxis, intelectualismo ou sentimento de superioridade ético-moral frente às massas populares. O que, certamente, não significa afirmar ausência de posicionamento crítico diante dos elementos da vida comum que levavam à subalternização dos trabalhadores do campo e da cidade. Justamente por conhecer profundamente os limites políticos e organizativos dessa multidão de explorados, Gramsci não se furtará em combater e denunciar, sempre que necessário, o seu provincianismo, as suas crenças religiosas e os seus preconceitos. Ele não mistifica, por esse lado, a classe trabalhadora, isto é, não a coloca fora de seus condicionamentos históricos. Assim, defini-la como conservadora ou revolucionária, deve seguir as situações históricas e não partir de elementos essencialistas. O seu *devoir* está, a cada momento da história, definido por condições objetivas e subjetivas específicas.

De que modo Gramsci expressou sua preocupação com a dimensão da alteridade na relação dirigente/dirigido? Mais especificamente, como ele indicou, em sua militância política, os elementos que poderiam contribuir para possíveis soluções do problema?

Como é bastante visível em sua biografia política, Gramsci não se enquadra na figura do dirigente burocrático. Isso que inicialmente assume uma forma mais ou menos espontânea, muito provavelmente por sua verdadeira sensibilidade de classe, aos poucos se tornará elemento teórico-político. Aos poucos, a sua leitura sobre a vida dos subalternos deixará de ser uma dimensão individual, para se tornar programa de governo e organização partidária.

| | | | | | | |
|-----------------------------|-------------|-----|-----|------------|-----------|-----------------|
| © Rev. Práxis e Heg Popular | Marília, SP | v.5 | n.7 | p. 104-125 | Dez./2020 | eISSN 2526-1843 |
|-----------------------------|-------------|-----|-----|------------|-----------|-----------------|

Como já apontado anteriormente, a militância política de Gramsci se deu fortemente por meio da imprensa operária de sua época - quando os jornais e as revistas assumiam papel central no processo de formação e organização das classes trabalhadoras. Serão, portanto, a partir dos artigos escritos por ele que se tentará demonstrar suas contribuições para o tema específico do presente trabalho.

Antes disso, porém, ainda quando estudante, em 1910, Gramsci redige um trabalho escolar emblemático para o tema aqui destacado. Nesta redação, intitulada *Oprimidos e opressores*, o jovem já demonstra interesse acerca de questões envolvendo a resistência e a luta dos indivíduos e das classes subalternas contra os processos de dominação – o que pode revelar aspectos de alteridade. Diz ele:

É realmente maravilhosa a luta que a humanidade trava há tempos imemoriais: luta incessante, com a qual busca desfazer e romper todos os vínculos que o desejo de domínio de um só, de uma classe ou mesmo de todo um povo tenta lhe impor. É esta uma epopeia que teve inúmeros heróis e que foi escrita pelos historiadores de todo o mundo. O homem, que em certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretenda controlar suas ações e seu pensamento. (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.43)

Com aproximadamente 19 anos, Gramsci já expressa com palavras firmes a sua leitura sobre os grandes processos históricos da humanidade, dando destaque justamente para a luta daqueles que não aceitaram passivamente as situações de dominação. Aqui, prevalece um certo senso de justiça humana, com poucos elementos de teoria. São considerações ainda genéricas sobre fatos ocorridos, os quais a luta contra a exploração lhe parece admirável. E essa história de luta de parte da humanidade é, basicamente, o processo de resistência aos chamados “civilizados”, quando o *outro* identificado como inferior se coloca no enfrentamento diante dos representantes da “sociedade superior”. Portanto, desde a juventude a alteridade já encontra um lugar em sua reflexão. Na mesma argumentação, outro elemento chama atenção, mais especificamente quando afirma que “o homem” que se “sente forte”, consciente de sua “responsabilidade” e de seu “próprio valor”, não admite que “nenhum outro lhe imponha sua vontade” e nem controle “suas ações e seu pensamento”. Esse será um tema presente em toda a obra de Gramsci, isto é, o da autonomia intelectual e moral e o da subalternidade. Todavia, o central nessa sua elaboração é o fato dela ressurgir, posteriormente, não apenas para enfrentar as ações das classes dominantes, mas também para alertar os próprios militantes e dirigentes das classes trabalhadoras italianas. Como é perfeitamente possível perceber, nesse seu primeiro enunciado, ainda bastante genérico, já é possível avistar críticas a um certo tipo de dirigente do movimento operário. Em outras palavras, aquele que não conhece

efetivamente a classe trabalhadora. Esse, por seu autoritarismo, pedantismo ou burocratismo, nas relações com os dirigidos, sempre tenderá à rejeição destes. Assim, o inicial senso de justiça de Gramsci já coloca em germe a questão da alteridade na relação dirigido/dirigente. Em outras palavras, já nesse momento, reconhece a existência de grupos sociais distintos, mesmo no interior do amplo movimento socialista. O que para ele não poderia ser tomada como uma situação essencialista, mas explicada a partir de uma dialética entre ambos, visando o surgimento de algo novo.

Ainda tentando pensar a noção de civilizado, o autor expõe: “ (...) raças de homens, nobres e inteligentes, foram destruídas ou estão desaparecendo. A aguardente e o ópio que os mestres da civilização lhes distribuam em abundância completaram essa obra deletéria.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.44). Aqui, tem-se mais alguns elementos do olhar antropológico de Gramsci sobre a história. E mesmo sendo bastante elementar e inicial, já indica uma certa apreensão da realidade que o acompanhará até o fim da vida. Ele encerra a sua redação dizendo que: “(...) os homens têm apenas um pequeno verniz de civilização, que, se levemente raspado, deixa logo aparecer o pelo do lobo.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.46) Em sua opinião inicial, então, o chamado “civilizado”, naturalizado como tal pelas classes dominantes, não representam a defendida superioridade humana. Apenas atuam na busca de satisfazer os seus interesses específicos.

MARXISMO E MORALIDADE SOCIALISTA

Não há dúvida sobre a importância de Marx e de outros filósofos da práxis, incluindo o próprio Gramsci, para o surgimento de um concepção do mundo capaz de impulsionar a vontade dos trabalhadores. Uma moral, um conjunto de valores, que foram criados a partir de uma determinada forma de conhecimento produzido no interior da sociedade de classes. Dimensão essa que não pode ser negligenciada na luta da classe trabalhadora. Pelo menos é isso que aponta o autor/militante sardo.

Em *O nosso Marx*, publicado no *Il grido del popolo*, 1918, afirma-se que Marx não pode ser visto como um “messias que nos legou uma série de parábolas impregnadas de imperativos categóricos, de normas indiscutíveis, absolutas, fora das categorias de tempo e de espaço.” As ideias de Marx não são dogmas, ao contrário, compõem uma viva moralidade fundamental para o proletariado, capaz de o distinguir de todas as demais classes sociais, principalmente da burguesia. Quando se exorta a palavra de ordem: “trabalhadores de todos os países, unam-se!”, encontra-se um forte elemento político-moral, gerador, por sua vez, de um também poderoso princípio ético, isto é, o “dever da

organização, a propaganda da obrigação de se organizar e se associar (...).” (Gramsci, EP, V.1, 2004, pp. 160-161) Para a classe operária, esses elementos são importantes para a sua auto-organização e para o seu autoconhecimento. Fincado nas relações materiais, criadas pelos homens e pelas mulheres, Marx sistematiza um conjunto de noções sobre a vida, uma concepção do mundo, indispensáveis para a luta do proletariado. A partir de sua obra, “o homem adquire consciência da realidade objetiva, apodera-se do segredo que move a sucessão real dos eventos. O homem conhece a si mesmo (...).” Todavia, as suas formulações não se limitam a um homem genérico, sem vida, mas “aquele que conhece o jugo da necessidade.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.163) A conclusão de que a sociedade capitalista está cindida entre classes antagônicas faz transbordar, a partir daí, conhecimentos e sentimentos reveladores sobre ambas. Quanto mais se entende uma, mais se explica a outra, o que leva, invariavelmente, à seguinte situação: quanto mais se defende uma, mais se nega apoio a outra. Portanto, a sua obra corresponde “em primeiro lugar, distinção, diferenciação da classe, vida política independente da vida da outra classe, organização compacta e disciplinada visando às suas próprias finalidades específicas, sem desvios ou vacilações.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.164). Marx permite o autoconhecimento da classe trabalhadora, com sua rica produção intelectual. Por isso, ele é

para nós mestre de vida espiritual e moral, não um pastor brandindo o seu cajado. É aquele que sacode a preguiça mental, que desperta as boas energias que dormiam e que devem ser mobilizadas para o bom combate. É um exemplo de trabalho intenso e tenaz para atingir a clara honestidade das ideias, a sólida cultura necessária para não dizer palavras vazias, abstrações (...) [suas ideias] fazem ruir as sedimentações de preconceitos e ideias fixas, que fortalecem o caráter moral. (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.164)

Em certo sentido, exaltar a obra de Marx é o mesmo que saudar o próprio proletariado. Ele fundamenta as bases de uma ética para as classes exploradas no capitalismo. Opõe-se à ética burguesa, assim como ao trabalho burguês.

O materialismo histórico, diz em *Estado e soberania*, publicado em *Energie nuove*, em 1919: é “organização crítica do saber sobre as necessidades históricas que dão substância ao processo de desenvolvimento da sociedade humana; não é a afirmação de uma lei natural, que se realizaria ‘absolutamente’, para além do espírito humano.” É fonte de “autoconhecimento que estimula a ação, não ciência natural que esgota seus objetivos na apreensão do verdadeiro.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.223) Ler Marx, sem se sentir convocado à ação é não entendê-lo corretamente, assim deve ser posto aos socialistas. Estes possuem o *dever* “pedagógico de adequar os operários e os camponeses às necessidades históricas universais...” (Idem) Atuar junto à classe trabalhadora para a superação do capitalismo é uma exigência ética para os socialistas.

O pensamento marxiano, fundado nos interesses da classe trabalhadora, identifica neste “outro interno negativo da modernidade capitalista seu elemento de perspectiva e ponto de partida para a emancipação sócio-política do trabalho humano. É somente no outro que Marx vislumbra a possibilidade da liberdade humana e da superação da razão moderna.” (Del Roio, 1998, p.148) Obviamente que tal movimento teórico-cultural iniciado por Marx fez impulsionar ações de inúmeros militantes e organizações pelo mundo. Daí a sua poderosa força ético-moral.

Gramsci, em seus escritos pré-carcerários demonstra uma particular atenção ao tema da moral socialista. Em certo sentido, isso pode ser entendido como uma resposta à moral católica, tão profundamente enraizada na sociedade italiana. Esse era, em sua leitura, um grande desafio para o movimento socialista. A construção de valores emancipatórios tanto no interior das massas exploradas quanto entre os seus dirigentes, deveria ser vista como algo central para a transformação radical do capitalismo. E esse é um sinal que evidencia, a partir de sua análise, a não existência de uma natureza revolucionária da classe trabalhadora, ou seja, ela, enquanto elemento instrumental do processo produtivo, não conquista mecanicamente a consciência necessária para romper com a ordem burguesa. Por sua vez, os próprios dirigentes deveriam possuir uma moral condizente com suas atividades de organização dos explorados. Essa exigência, sentida por Gramsci, de caráter formativo geral e específico, gera a necessidade de se construir espaços voltados para tal fim. O autor/militante defende, em uma carta de 1918, a criação de um *Clube de Vida Moral* que pudesse aprofundar questões da vida do proletariado. Como o próprio afirma:

Em Turim, cremos que não seja suficiente a pregação verbal dos princípios e das máximas morais que deverão necessariamente se instaurar com o advento da civilização socialista. Buscamos organizar essa pregação: dar exemplos novos, para a Itália, de associativismo. Surgiu assim, há pouco tempo, um *Clube de vida moral*. Com ele, propomo-nos habituar os jovens que aderem ao movimento político e econômico socialista à discussão desinteressada dos problemas éticos e sociais. Queremos fazer com que se habituem à pesquisa, à leitura feita com disciplina e método, à exposição simples e serena de suas convicções. (Gramsci, EP, V.1, 2004, pp.145-146)

Em sua percepção, muitas questões da vida da classe trabalhadora deixam de ser resolvidas pelos dirigentes do movimento socialista em sua militância diária. A dinâmica da luta política imediata pode explicar essa lacuna, porém esse dado não poderia ser negligenciado pelo movimento. Além do mais, nesses espaços de socialização socialista, os dirigentes também aprendem com os dirigidos. O “clube tem entre suas finalidades a aceitação do controle recíproco sobre a atividade de cada um nas esferas cotidiana, familiar, fabril, cívica.” A coesão do movimento, a organicidade entre intelectual/classe e, acima de tudo, o profundo conhecimento recíproco, são elementos concretos para o fortalecimento da luta. Em outras palavras, “queremos que cada um tenha a coragem e a energia moral suficientes para *confessar-se* publicamente, aceitando que os amigos o aconselhem e o controlem: queremos criar a confiança recíproca, uma comunhão

intelectual e moral de todos.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.146) Veja-se que o conceito de “reforma intelectual e moral”, tão presente nos *Cadernos*, surge de uma inquietação antiga de Gramsci. A sua proposta é a de criar novos laços entre os indivíduos. No *Clube*, “os debates – orientados por Gramsci – destinavam-se quase sempre a desenvolver a personalidade moral” dos seus participantes, “contribuindo para que superassem o individualismo e adquirissem uma consciência do valor da solidariedade humana.” (Coutinho, 2003, p.20)

Também, muito antes da prisão, sabia, por exemplo, que uma “organização autônoma” da classe trabalhadora dificilmente poderia ser “buscada e conquistada no âmbito da ideologia e do mundo político liberal.” (Losurdo, 2006, p.41) O liberalismo era outra concepção a ser enfrentada.

A alteridade, em tais espaços de socialização socialista, é elemento decisivo para o avanço da proposta. Gramsci não a menciona na forma, mas a sua substância está presente. O movimento socialista, por meio do partido e demais organizações do proletariado, deve lutar para a superação dos estranhamentos que historicamente surgem entre dirigente/dirigido. Para tanto, é preciso, antes de mais nada, reconhecer a existência de suas particularidades, tendo em vista que num primeiro momento ambos se apresentam distintamente. A alteridade, nesse momento, é a mediação-dialética entre um e outro que pode permitir o surgimento de algo original e novo, um bloco coletivo-humano coeso e pronto para os confrontos.

Em Marx, a defesa da sociedade comunista deveria impulsionar a ação dos sujeitos revolucionários, a partir da incorporação do princípio que identifica “uma forma de desenvolvimento social humano, moralmente afirmada, pelo fato de que nela os homens realizarão o seu metabolismo com a natureza ‘sob condições mais favoráveis e dignas para sua natureza humana’.” (Márkus, 2015, p.20) A perspectiva de melhorias substanciais para a sua vida, poderia gerar a vontade necessária para a superação do capitalismo.

Gramsci reconhece – num artigo de 1920, publicado no *L’Ordine Nuovo*, intitulado *Mensagem aos anarquistas* – que após a Revolução Russa, o PSI incorporou “alguns pontos fundamentais da doutrina marxista e passou a divulgá-los de modo elementar e figurado junto às massas operárias e camponesas.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.338) A incorporação do marxismo em sua concepção do mundo, fez o partido avançar em termos de ser a principal força representante da classe trabalhadora italiana, até aquele momento. Gramsci opõe o PSI aos anarquistas que assumiam uma postura sectária sobre a realidade e, conseqüentemente, sobre a revolução. Tinham certeza absoluta de

possuírem a “verdade revolucionária revelada”. Todavia, foi o PSI que conseguiu o apoio dos trabalhadores, isso graças ao fato de ter transformado em ação a sua concepção. O Partido Socialista “modificou-se junto com o proletariado, modificou-se por que se modificou a consciência de classe do proletariado. Neste seu movimento reside a profunda verdade da doutrina marxista, que hoje se tornou sua doutrina...” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.339) O marxismo, portanto, permitia ao partido possuir uma postura historicamente definida perante a vida social, o que significava acompanhar as transformações da própria classe. Diferentemente, ocorria com os anarquistas que se posicionavam sectária e fixamente perante a dinâmica da realidade.

De acordo com Leonardo Rapone, o início da militância socialista de Gramsci, está marcada por “aspectos metapolíticos, que jogam luz sobre sua personalidade. Entre estes, deve-se computar o próprio modo de entender o socialismo como regra de vida moral, como satisfações de uma necessidade de ‘fê’, nisto semelhante à religião e, por isso, a ela alternativo.” (Rapone, 2014, p.71) De fato, os primeiros escritos de Gramsci demonstram uma preocupação significativa com o tema da moral e da ética socialistas. Todavia, este é um tema que continuará presente em sua produção e em sua militância por toda vida.

A inovação histórica não é somente no campo econômico, mas também no moral.

ÉTICA REVOLUCIONÁRIA

No texto, *La Città Futura*, publicado em fevereiro de 1917, Gramsci desenvolve uma das mais belas passagens de toda sua obra, subtitulada os *Indiferentes*. Neste trecho, o autor situa a “indiferença” em oposição radical à *práxis*. E fica evidente que a sua pretensão é a de instigar o movimento, o descontentamento e a luta. Não será exagero afirmar que nessas suas palavras existem elementos de uma ética revolucionária, isto é, princípios de conduta tanto para os dirigentes quanto para os dirigidos. “Odeio os indiferentes”, diz, categoricamente, Gramsci. Odeia porque não é possível viver sem tomar partido, porque a “indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida.” Para os dirigentes socialistas, não poderia existir outra postura senão a firme tomada de posição, pois

A indiferença é peso morto da história. É a âncora que paralisa o inovador, a matéria inerte onde se afogam frequentemente os mais esplêndidos entusiasmos, o pântano que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas, melhor do que o peito dos seus guerreiros, já que traga em suas areias movediças os que a combatem e os dizima, os desencoraja

e, muitas vezes, os faz desistir do empreendimento heroico. (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.84)

Em muitas situações, os dirigentes do movimento operário atuam justamente desse modo, como elemento desencorajador da classe, isto é, como elemento contrarrevolucionário. Uma vez indiferentes à luta, às contradições reais da vida e aos interesses dos trabalhadores, os dirigentes se tornam representante de si mesmos. Deformam, fragmentam e enfraquecem a vontade de mudança contida nas massas. E após as consequências da paralisia,

Uns se lamentam piedosamente, outros blasfemam obscenamente, mas nenhum ou só poucos se perguntam: se eu também tivesse cumprido com meu dever, se tivesse buscado pôr em prática minha vontade, minha opinião, teria ocorrido o que ocorreu? Mas nenhum ou só poucos se culpam pela própria indiferença, pelo próprio ceticismo, por não ter dado seu apoio e sua atividade aos grupos de cidadãos que combatiam precisamente para evitar aquele determinado mal, que se propunham obter aquele determinado bem. (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.85)

A partir de uma moral transformadora, humanista e solidária, Gramsci possibilita pensar em uma ética efetivamente revolucionária, seja para os dirigentes, seja para os dirigidos.

Tomo partido, vivo, sinto que já pulsa nas consciências viris do meu partido a atividade da cidade futura que estamos construindo. (...) Não há nela ninguém que fique olhando pela janela enquanto poucos se sacrificam, consumindo-se no sacrifício; ninguém que fique à janela, escondido, querendo usufruir um pouco do bem que a atividade de poucos cria e que manifeste sua desilusão ofendendo o sacrificado (...) Vivo, tomo partido. Por isso, odeio quem não se compromete, odeio os indiferentes. (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.86)

Aos dirigentes do partido revolucionário, a indiferença sobre os problemas e os anseios reais das classes trabalhadoras e subalternas deveria ser algo combatido permanentemente. A participação efetiva dos militantes, na vida dos seus representados, poderia contribuir para a elaboração e organização dos elementos potencialmente inovadores surgidos do proletariado. Não atravancando o desenvolvimento da sua luta. Ao mesmo tempo, os dirigidos deveriam tornar ativos os seus desejos de mudança social. Buscando se inserir nas organizações de combate ao capitalismo e contribuindo ativamente para o fortalecimento das mesmas. Como Gramsci argumenta: “associar-se a um movimento significa assumir uma parte da responsabilidade pelos eventos que estão sendo preparados, tornar-se artífice direto destes mesmos eventos.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.87) Para isso ocorrer, quer dizer, para se tornar vivo perante a luta e a vida, é preciso construir uma autodisciplina, pois “disciplinar-se é tornar-se independente e livre.” (Idem) Entretanto, para que isso seja criado, os dirigentes devem exaltar a

necessidade da participação da classe operária na dimensão política da vida. Os jovens trabalhadores “que sentem quanto é pesado o fardo de sua escravidão de classe deve realizar o ato inicial de sua libertação, inscrevendo-se na organização juvenil socialista mais próxima de sua casa.” (Ibdem)

A disciplina defendida pelos socialistas não é a mesma apregoada pelos burgueses. Diferentemente da disciplina burguesa, que provoca sobre a sociedade uma ação mecânica dos seus membros, isto é, impõe uma conduta inquestionável, para os socialistas o processo disciplinar é movido pela autonomia intelectual e moral dos subalternos. A “disciplina burguesa é a única força que conserva solidamente o agregado burguês. É preciso contrapor disciplina a disciplina. Mas a disciplina burguesa é mecânica e autoritária, enquanto a disciplina socialista é autônoma e espontânea.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.89) No caso da disciplinarização capitalista, os dirigidos não possuem a liberdade de pensamento ou de ação, são vistos como sujeitos sem capacidades humanas para decidirem suas intenções. Obviamente que isso é politicamente criado, afinal o objetivo é manter massas de indivíduos sob controle e prontas a obedecer algum comando.

Coisa contrária ocorre para os socialistas. Para eles, os dirigidos não são vistos como uma massa amorfa e sem vida, mas como sujeitos ativos que contribuem para a formulação da política do partido. Desse modo, a humanidade do subalterno não só é preservada e reconhecida, como potencializada. Segundo Gramsci, “quem aceita a disciplina socialista procura dizer que é socialista ou quer se tornar socialista de modo ainda mais completo, inscrevendo-se no movimento juvenil se é jovem.” O interessado no movimento socialista quer *falar* que faz parte da organização, de modo consciente e espontâneo. E “quem é socialista ou quer ser tornar socialista não obedece: comanda a si mesmo, impõe uma regra de vida a seus caprichos, às suas veleidades informes.” Controla-se, domestica os instintos mesquinhos e egoístas. Muitas vezes “obedecemos sem refletir a uma disciplina que não compreendemos nem sentimos; seria assim estranho que não fôssemos capazes de atuar segundo uma linha de conduta que nós mesmos contribuimos para traçar e para manter com rigorosa coerência.” (Idem) Enquanto para a burguesia o questionamento sobre as ordens dos dirigentes é praticamente proibido, para o partido dos socialistas é o que o move. No primeiro caso, tem-se a eliminação do outro, no segundo, a sua libertação. A disciplina que o

Estado burguês impõe aos cidadãos faz com que estes sejam súditos, criando neles a ilusão de influir sobre a evolução dos acontecimentos. A disciplina do Partido Socialista faz do súdito um cidadão: cidadãos que é agora rebelde, precisamente porque, tendo adquirido consciência de sua personalidade, sente

que esta é impedida de se realizar e não pode se afirmar livremente no mundo.
(Ibdem)

O partido, como organizador da classe trabalhadora, torna-se espaço decisivo para elevação da consciência dos dirigidos. A partir de suas ações e da formação político-cultural oferecida, o autoconhecimento de cada membro sobre si e sobre sua vida é o elemento impulsionador da própria organização. Somente a “um homem que se oferece aos outros como parte orgânica de um ideal e de uma entidade coletiva, e que cumpre com sua vida esta promessa, pode-se ocorrer a ideia de um partido político da emancipação...” (Buey, 2001, p.86) Esse princípio esteve presente em toda obra gramsciana. Ainda, segundo Buey, Gramsci busca criar, em oposição ao catolicismo, uma alternativa política e ético-moral para a construção do partido revolucionário. Diz ele, “uma das apropriações mais interessantes de Gramsci neste âmbito foi, justamente, a proposta de superar no partido laico o tipo de relação (unilateral e unidirecional) entre ‘clérigo’ e ‘simples’ que foi característica da igreja católica e que, em grande medida, herdaram e secularizaram quase todos os partidos políticos da modernidade.” (Buey, 2001, p.86)

Ainda sobre a dimensão ético-moral de *La Città Futura*, o autor/militante se coloca a seguinte questão: “apressar o futuro. Essa é a necessidade mais sentida pela massa socialista. Mas o que é o futuro? Ele existe como algo verdadeiramente concreto?” A resposta se desenvolve desse modo: “o futuro não é mais do que o ato de projetar no amanhã a vontade de hoje como já tendo sido capaz de modificar o ambiente social.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.95) A busca é gerar nas classes subalternas a confiança na sua capacidade de transformar a realidade, projetando o mundo futuro, sem, no entanto, negar as condições concretas do presente. Essa crença geral na possibilidade do novo, contida em determinada concepção do mundo, desdobra-se em ações e vontades específicas. Tais valores, obviamente, são direcionados tanto aos dirigentes quanto aos dirigidos. Valores importantes para a coesão do movimento, pois é capaz de gerar sentimentos de solidariedade interna. A própria *La Città Futura* foi uma publicação que objetivava funcionar “como o cadinho das novas energias morais”, como “estímulo e reflexão, incitamento à ação e ao pensamento.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.98) Já em *O relojoeiro*, publicado no *Il Grido del Popolo*, em 1917, afirma-se que os revolucionários se distinguem dos “outros homens” porque concebem “a vida como sendo *sempre* revolucionária.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.109)

Provocar a confiança na mudança radical da sociedade, no interior das classes trabalhadoras, não decorre de um simples e mecânico trabalho de encaixar a teoria revolucionária sobre suas cabeças. É, sobretudo, ressaltar, a partir de elementos reais de necessidades humanas, os vínculos entre as possibilidades concretas da transformação e

as exigências de ações efetivas que nascem daí. As elaborações teóricas são importantes na capacidade de sistematizar tal processo, mas para isso precisa ser traduzida em vida vivida. A confiança na superação da sociedade capitalista, pode ser vista como uma conquista moral da classe trabalhadora e dos produtores de conhecimento que dela partem.

E essa crença, na leitura gramsciana, ganha força organizativa quando se transforma em “intransigência”. A “intransigência”, diz o autor/militante, no artigo *Intransigência-tolerância, intolerância-transigência*, publicado no *Il grido del popolo*, em 1917: “é o predicado necessário do caráter. Ela é a única prova de que uma determinada coletividade existe como organismo social vivo, ou seja, tem uma meta, uma vontade única, uma maturidade de pensamento.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.118) Uma vontade coletiva determinada e convicta, por sua vez, não surge como eliminação dos anseios particulares, no entanto, “exige que cada parte singular seja coerente com o todo (...) exige que se tenha princípios gerais, claros e diferenciados, e que tudo o que se faz dependa necessariamente de tais princípios.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.119) A disciplina para tal movimento é indispensável. Estabelecer metas, objetivos, fundados em elementos materiais e não ilusórios, são importantes mas insuficientes. É preciso, pois, que “todos os componentes individuais do organismo estejam convencidos da racionalidade da meta, para que ninguém possa se recusar a observar a disciplina (...)” (Idem) As obrigações e as responsabilidades que surgem daí, são, portanto, pautadas na liberdade dos envolvidos e na participação ativa dos mesmos na construção dos objetivos da coletividade.

Do mesmo modo, afirma-se em *A intransigência de classe e a história italiana*, publicado no *Il grido del popolo*, em 1918, que a intransigência deve ser entendida como uma “política de princípios” do “proletariado consciente de sua missão revolucionária.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.176)

Com isso, uma outra dimensão é necessária: a radical tolerância no interior dos espaços de discussão e deliberação da organização. Nos debates internos, todos devem ser livres para expor suas leituras e indicar os caminhos para a ação. Portanto, a intransigência no enfrentamento político está diretamente vinculada à existência da tolerância nas discussões internas. Um único indivíduo pode tomar decisões em nome do coletivo, desde que este tenha dado aquele o poder para tanto. Em certas situações, quando se exige ações rápidas diante da realidade isso é bastante aceitável, afinal o avanço imediato e coeso de toda a coletividade pode exigir um tempo maior da história. Todavia, em tais condições, o indivíduo pode se tornar, perante a organização, um “tirano”. Essa é sempre uma possibilidade real, principalmente se não há liberdade interna

e vida ativa dos membros. Assim, continua em *Intransigência-tolerância, intolerância-transigência*, a disciplina imposta por ele pode provocar uma desagregação, pois a “coletividade se recusa a agir, ou não consegue entender a utilidade da ação, enquanto a disciplina que é estabelecida pela própria coletividade para seus componentes, ainda que demore a ser aplicada, dificilmente fracassa em sua efetivação.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.120) O fundamental, então, é buscar fundir, sintetizar, uma verdade global que consiga expressar aquelas trazidas pelos indivíduos.

O consenso, o acordo entre todos acerca de determinado ponto de discussão fornecerá uma posterior ação coesa de todo o coletivo. Todos “devem estar convencidos de que aquela é a verdade e que, portanto, é preciso absolutamente pô-la em prática.” No instante da ação, “todos devem ser concordes e solidários, já que, no curso da discussão, foi formado um acordo tácito e todos se tornaram responsáveis pelo eventual insucesso.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.120) Como se vê, não é somente a teoria, com seus conceitos-chave e suas formulações precisas, que conta para o avanço das classes trabalhadoras, a criação de uma moral revolucionária, e do mesmo modo uma ética, também é central.

Na visão de Gramsci, só é possível ser “intransigente na ação quando se foi tolerante na discussão, quando os mais preparados ajudaram os menos preparados a acolher a verdade, quando as experiências individuais foram coletivizadas e todos os aspectos do problema foram examinados, sem que se criasse qualquer ilusão.” A análise concreta das situações objetivas fornece a segurança necessária à vontade de ação. Os “homens estão prontos para agir quando estão convencidos de que nada lhes foi ocultado (...) Se devem se sacrificar, têm de saber previamente que pode ser necessário o sacrifício.” (Idem) A tolerância, aqui, é vista pelo autor como um “método de discussão”, entre aqueles que partem de princípios comuns, porém ela não deve ser entendida como sinônimo de aceitação de todo e qualquer posicionamento. O individualismo, a falta de seriedade e a falta de compromisso, devem ser combatidos. Do mesmo modo a idolatria e o autoritarismo não podem ser aceitos, pois impedem a construção da unidade do coletivo. A coesão interna do movimento fortalece a classe em seus desafios. Por esse motivo, quem não se “convencer de uma verdade, quem não se libertou de uma falsa imagem, quem não foi ajudado a compreender a necessidade de uma ação desertará de seus deveres quando se deparar com o primeiro confronto mais áspero.” Em decorrência, “a disciplina será afetada e a ação terminará em fracasso.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.121)

Os militantes socialistas, como organizadores da classe, deveriam assumir uma postura horizontal e respeitosa em relação aos dirigidos. Desse modo, destaca em *Livre pensamento e pensamento livre*, publicado no *Il grido del popolo*, em 1918, que a

| | | | | | | |
|-----------------------------|-------------|-----|-----|------------|-----------|-----------------|
| © Rev. Práxis e Heg Popular | Marília, SP | v.5 | n.7 | p. 104-125 | Dez./2020 | eISSN 2526-1843 |
|-----------------------------|-------------|-----|-----|------------|-----------|-----------------|

“verdade jamais deve ser apresentada de forma dogmática e absoluta, como se já fosse madura e perfeita”, isto é, não pode se apresentar como algo enigmático e inacessível. A “verdade, para que se possa difundir, tem de se adequar às condições históricas (ou culturais) do grupo social em cujo seio se pretende que ela seja difundida.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.179) O sentimento de superioridade, por parte dos dirigentes, tende a impossibilitar a aceitação sobre aquilo que se pretende disseminar no interior dos dirigidos. E não há “por que maravilhar-se, ou irritar-se, quando alguma objeção lhe é feita: mesmo a mais extravagante objeção tem uma causa; e só depois de tê-la compreendido e eliminado racionalmente é que se conseguirá refutar a objeção e convencer quem a formulou.” (Idem) Portanto, o princípio da tolerância interna da organização socialista é uma marca de liberdade e de pensamento livre, mesmo diante das discussões polêmicas. Esta postura, distancia-os também do sectarismo.

Sobre a capacidade de compreensão dos dirigentes partidários sobre a realidade efetiva das classes trabalhadoras e subalternas, fundamental para a concretização da própria alteridade, teria de abranger as mais diversas questões. Sempre de modo sério e honesto, sem qualquer tipo de pedantismo. “Por que, na Itália, existem ainda tantos analfabetos?”, questiona Gramsci, em *La Città Futura*. E sua resposta traz a importância de se buscar conhecer profundamente o subalterno. Diz ele, “Porque, na Itália, há um número excessivo de pessoas que limitam sua própria vida à paróquia, à família. Não se sente a necessidade de aprender a língua italiana, já que para a vida paroquial e familiar basta o dialeto, já que a vida de relação se esgota toda ela na conversa em dialeto.” Essa conclusão gera elementos fundamentais para a própria intervenção do partido. Mesmo que se deva alterar uma tal situação, não se pode fazê-lo violentamente, de forma burocrática e autoritária. Continua: a alfabetização não é vista como “uma necessidade e, por isso, torna-se um suplício, uma imposição de prepotentes.” Esse é justamente o erro que os dirigentes não poderiam cometer. “Para que se tornasse necessidade, seria preciso que a vida geral fosse mais intensa, que envolvesse um número cada vez maior de cidadãos e, desse modo, fizesse nascer de modo autônomo o sentimento da necessidade do alfabeto e da língua.” É nítida, como se vê, a preocupação de Gramsci em não desrespeitar a vida vivida dos subalternos e dirigidos. E isso só poderia ocorrer a partir de um profundo conhecimento sobre esse outro. O trabalho de militância dos socialistas, já havia, em sua leitura, contribuído para a ampliação da visão de mundo dessa massa popular. Quanto a isso declara positivamente: “a propaganda socialista favoreceu mais a alfabetização do que todas as leis sobre o ensino obrigatório. A lei é uma imposição: ela pode te impor que frequentes a escola, mas não pode te obrigar a aprender nem te obrigar, uma vez que aprendestes, a não esquecer.” O papel do partido, portanto, era o de fomentar, a partir de uma leitura correta da realidade, a necessidade de enriquecimento da concepção do mundo existente entre os subalternos.

A propaganda socialista “desperta de imediato o sentimento vivo de que não se é apenas indivíduo de um pequeno círculo de interesses imediatos (a paróquia e a família), mas cidadão de um mundo mais amplo, junto com os outros cidadãos com os quais é preciso trocar ideias, esperanças, dores.” Tais colocações retornaram nos *Cadernos*, demonstrando que Gramsci teve sempre a preocupação em não violentar os sentimentos dos subalternos. Mesmo sendo necessário superar uma tal realidade, marcada pela determinação do dialeto e do provincianismo, o “mundo grande” não deveria ser imposto agressivamente. A consciência superior das classes exploradas deve ser fomentada a partir das necessidades da própria vida. A “cultura, a alfabetização, adquirem assim uma finalidade; e, enquanto essa finalidade viver nas consciências, o amor pelo saber se afirmará imperiosamente.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, pp.87-88)

Para os socialistas, a tarefa central era provocar o sentimento da necessidade pelo conhecimento, não simplesmente o formal, mas aquele existente nas diversas e complexas relações humanas espalhadas pelo mundo. E nada disso ocorre sem a efetivação de um processo de alteridade entre dirigente/dirigido.

A caracterização dada por Gramsci ao subalterno busca realçar a sua humanidade sem elementos genéricos ou projeções intelectualistas. Como se vê a seguir:

A boa sopa popular de legumes é sempre mais nutritiva e mais gostosa precisamente porque preparada com os ingredientes mais habituais. Agrada-me vê-la ingerida a grandes colheradas por homens robustos, bem dotados de sucos gástricos, que, com a força de suas vontades e de seus músculos, trazem consigo o futuro. A verdade mais banal nunca é suficientemente repetida para que se torne máxima e estímulo para a ação de todos os homens. (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.91)

Aspectos aparentemente insignificantes devem ser considerados importantes pelos dirigentes, pois fazem parte da complexidade da vida dos trabalhadores e que contribuem para a construção da unidade interna do movimento e para o seu avanço. Percebe-se também a existência de uma dimensão etnográfica nas colocações gramscianas, o que não deve ser desconsiderada para o entendimento de sua práxis.

No texto publicado em 1919, no *L'Ordine Nuovo*, intitulado *Aos comissários de seção das fábricas Fiat do centro de Brevetti*, é ressaltada a importância da disciplina operária. Em tal publicação, Gramsci se dirige especificamente aos comissários de fábrica, destacando o seu papel como educadores dos demais operários. E a disciplina é um elemento significativo desse processo. Entretanto, diz o autor/militante:

a disciplina que vocês solicitarão à massa operária será bem diversa daquela que o patrão impunha e exigia, apoiado no direito de propriedade que lhe concede uma posição de privilégio. Vocês se apoiaram num outro direito, o direito do trabalho, daquele trabalho que – depois de ter sido por séculos um instrumento nas mãos de seus exploradores – quer hoje redimir-se, quer dirigir a si mesmo. O poder de vocês, oposto ao do patrão e seu servidores, representará – em contraste com as forças do passado – as forças do futuro, que esperam sua hora e a preparam, sabendo que ela será a hora da redenção de toda escravidão.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, pp.279-80)

O dever dos trabalhadores mais avançados politicamente é o de fazer avançar aqueles ainda desorganizado. E a disciplina que nasce desse processo, ao contrário de amarrar as forças revolucionárias, potencializa-as.

Ainda sobre a temática dos conselhos, Gramsci publica um outro artigo, intitulado *Sindicatos e conselhos*, em 1919 no *L'Ordine Nuovo*, cuja preocupação é justamente sobre o papel dos conselhos para organização e para a vida dos trabalhadores das fábricas. Uma nova personalidade ética poderia ser construída aí, fundamentada numa original moralidade. Tanto nos conselhos quanto no novo Estado proletário, este em decorrência daqueles, “desaparece o conceito de cidadão, substituído pelo conceito de companheiro: a colaboração para produzir bem e de modo útil desenvolve a solidariedade, multiplica os vínculos de afeto e de fraternidade.” (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.288) Nessa nova organização, “cada um é indispensável, cada um está em seu lugar, todos têm uma função e um posto. Até mesmo o mais ignorante e atrasado dos operário, até mesmo o mais vaidoso e ‘bem sucedido’ dos engenheiros terminam por se convencer desta verdade nas experiências da organização fabril.” (Idem) Todos terminam por se elevar ao mesmo patamar de consciência de classe, estabelecendo consenso sobre a superioridade histórica da economia comunista frente a capitalista.

Do ponto de vista formativo ético e produtor de moralidade,

O conselho é o mais idôneo órgão de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social que o proletariado foi capaz de gerar a partir da experiência viva e fecunda da comunidade do trabalho. A solidariedade operária – que, no sindicato, desenvolvia-se na luta contra o capitalismo, no sofrimento e no sacrifício – torna-se no conselho algo positivo, permanente, que se encarna até mesmo no mais ínfimo momento da produção industrial, algo contido na alegre consciência de fazer parte de um todo orgânico, de um sistema homogêneo e compacto que, trabalhando de modo útil, produzindo desinteressadamente a riqueza social, afirma sua soberania, realiza seu poder e sua liberdade criadora de história. A existência de uma organização na qual a classe trabalhadora esteja enquadrada em sua homogeneidade de classe produtora, e que torne possível um espontâneo e livre florescimento de dirigentes e de individualidades ricas e capazes, terá reflexos importantes e fundamentais na constituição e no espírito que anima a atividade dos sindicatos. (Gramsci, EP, V.1, 2004, p.289)

Resta pouca dúvida sobre a importância dada por Gramsci ao problema ético-moral, partindo, aqui, da vida concreta da classe. As novas formas de relações criadas pelos operários em suas lutas geram originais modos de vida, de sentimentos e de valores. Tais novas formas de relações, por sua vez, dependem de um efetivo processo de alteridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas até aqui são de caráter preliminar. Muitos outros elementos compõem a práxis gramsciana fundada na alteridade. De qualquer forma, neste conjunto inicial de questões é possível identificar a força ético-política da alteridade encontrada em Gramsci. A partir dela, compreende-se melhor tanto a sua concepção de política, quanto os desafios colocados para o movimento operário e para as classes subalternas, principalmente no que se refere aos dirigentes. Do ponto de vista de uma moral superior, inserida na realidade pelo marxismo, a alteridade deve estar presente como mediadora de um amplo e complexo conjunto de relações sociais nas quais podem se formar novas concepções do mundo. Sobre a dimensão ética, necessária ao movimento revolucionário, a alteridade atua como promotora de novos valores e princípios capazes de elevar as condutas emancipatórias.

Gramsci – assim como Marx e Engels, ou até mesmo Lenin – insere em vários momentos de sua obra, a preocupação com a dimensão do *outro*. Cada de um destes clássicos do marxismo apresenta o tema como importante, ainda que avancem a partir de conjuntos específicos de discussões. Num primeiro momento, pode-se dizer que no caso do autor italiano essa temática surge de modo mais desenvolvido, mesmo não fazendo parte do seu léxico conceitual.

As contribuições que partem de uma tal leitura, para o debate contemporâneo, podem ser fundamentais para a projeção de novas organizações político-culturais representantes das classes e dos grupos subalternos. Principalmente num momento de crise profunda na relação entre dirigente/dirigido, a partir da qual se obriga a reformulação das instituições de representação das massas excluídas, inserir a questão do *outro* e o tema da alteridade de um ponto de vista da filosofia da práxis, pode ser decisivo para os avanços democráticos e populares tão fundamentais atualmente.

De qualquer forma, a discussão sobre a pertinência ou não da alteridade no pensamento gramsciano não está definida. É necessário ainda avançar na pesquisa sobre sua obra para obter mais dados e elementos que comprovem ou não sua importância. Até o momento, porém, o que se tem é promissor.

BIBLIOGRAFIA

- BUEY, Francisco Fernández. **Leyendo a Gramsci**. Espanha: El Viejo Topo, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEL ROIO, Marcos. **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo**. São Paulo: Ícone, 1998.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEERTZ, Clifford **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. **Oprimidos e opressores**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **O nosso Marx**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **Estado e soberania**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol.1.
- _____. **Clube de vida moral**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **Mensagem aos anarquistas**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **La città futura**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **O relojoeiro**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **Intransigência-tolerância, intolerância-transigência**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **A intransigência de classe e a história italiana**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **Livre pensamento e pensamento livre**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **Aos comissários de seção das fábricas Fiat do centro de Brevetti**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- _____. **Sindicatos e conselhos**. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Vol. 1.
- HEGEL, G. W.F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

- LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. **O capital - crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, V.1.
- MÁRKUS, Gyorgy. **Marxismo e Antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Recebido em 6 de novembro de 2020

Aprovado em 21 de março de 2021

Editado em março de 2021

¹ Professor de Teoria Política da FCH/UFGD e Coordenador do Grupo de Estudos Antonio Gramsci/UFGD. Membro da IGS/Brasil.

² Este título foi dado pela edição brasileiro, construída em 2 volumes, para o conjunto de textos pré-carcerários de Antonio Gramsci.